

DESVELANDO IMAGENS E PRÁTICAS: O ESTUDO DAS METÁFORAS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE DISCURSO NA EDUCAÇÃO

Arthur Vianna Ferreira¹

arthur.vf@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a possibilidade do uso da análise retórico-filosófica das metáforas para compreender e desvelar as práticas, conteúdos e as funções e posições sociais ocupadas pelos sujeitos no campo da educação. Assim esse é parte da fundamentação teórica das pesquisas realizadas pelo Grupo de estudos Fora da Sala de Aula – UERJ que estuda as relações entre a formação docente ampliada, as representações de pobreza e as práticas socioeducativas no Rio de Janeiro. Para essa reflexão foi aprofundado a filosofia de Aristóteles (1998) sobre a retórica, a sua organização sobre o discurso, sua função na organização do sujeito em relação ao social e a forma como os conteúdos tanto se organizam como estruturam as relações entre os indivíduos e os grupos sociais. Como exemplo, o artigo traz a possibilidade do uso dessa análise como ferramenta para pesquisas no campo da educação, de maneira especial, a abordagem Psicossocial da Teoria das Representações Sociais (MAZZOTTI, 2003; 2008), no qual o estudo das metáforas nos ajuda a compreender os campos figurativos das representações sociais que facilitam a compreensão do ‘lugar do preferível’ escolhido pelos educadores em seus grupos sociais de ensino-aprendizagem e suas possíveis consequências no campo educacional.

PALAVRAS-CHAVES: METÁFORA; PESQUISAS EDUCACIONAIS; ANÁLISE FILOSÓFICO-RETÓRICA; REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

UNVEILING IMAGES AND PRACTICES: THE STUDY OF METAPHORS AS A TOOL FOR DISCUSSION ANALYSIS IN EDUCATION

ABSTRACT

This article shows the possibilities of using the rhetoric-philosophical analysis for metaphors to understand and unveil the practices, contexts and functions and social positions occupied by the subjects at education. This is part of the theoretical basis of the research worked by the Studies'Group “Outside the Classroom” - UERJ, which studies the relationships between expanded teacher education, poverty representations and socio-educational practices in Rio de Janeiro. For this reflection, a deeper look at the philosophy from Aristotle (1998) on rhetoric about the organization on discourse, the organization of the subject in relation the social group and the way which the contents that organize themselves and structure the relations between the individuals and the social groups. As an example, the article presents the possibility of using this analysis as a tool for researching education, especially the Psychosocial approach in Social Representation Theory (MAZZOTTI, 2003; 2008), which the study of metaphors helps us understand the figurative fields of social representations that facilitate the understanding of ‘the better place’ chosen by

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

educators in their social groups of teaching and learning and their possible consequences in the educational field.

KEYWORDS: METAPHORS; EDUCATIONAL RESEARCHES; PHILOSOPHICAL RHETORICAL ANALYSIS; SOCIAL REPRESENTATIONS THEORY.

DESVELANDO IMÁGENES Y PRÁCTICAS: EL ESTUDIO DE LAS METÁFORAS COMO HERRAMIENTA DE ANÁLISIS DE DISCURSO EN LA EDUCACIÓN

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo mostrar la posibilidad del uso del análisis retórico-filosófico de las metáforas para comprender y desvelar las prácticas, contenidos y las funciones y posiciones sociales ocupadas por los sujetos en el campo de la educación. Ese es parte de la fundamentación teórica de las investigaciones realizadas por el Grupo de estudios “Fuera de la Sala de Aula” - UERJ que estudia las relaciones entre la formación docente ampliada, las representaciones de pobreza y las prácticas socioeducativas en Río de Janeiro. Para esta reflexión se profundizó la filosofía de Aristóteles (1998) sobre la retórica, su organización sobre el discurso, su función en la organización del sujeto en relación al social y la forma como los contenidos tanto se organizan como estructuran las relaciones entre los individuos y los grupos sociales. Como ejemplo, el artículo trae la posibilidad del uso de este análisis como herramienta para investigaciones en el campo de la educación, de manera especial, el abordaje Psicosocial de la Teoría de las Representaciones Sociales (MAZZOTTI, 2003; 2008), en el cual el estudio de las metáforas nos ayuda a comprender los campos figurativos de las representaciones sociales que facilitan la comprensión del ‘lugar del preferible’ escogido por los educadores en sus grupos sociales de enseñanza-aprendizaje y sus posibles consecuencias en el campo educativo.

PALABRAS CLAVES: METÁFORAS; INVESTIGACIONES EDUCATIVAS; ANÁLISIS FILOSÓFICO-RETÓRICO; REPRESENTACIONES SOCIALES.

INTRODUÇÃO

Este presente artigo tem como objetivo ressaltar a importância do estudo das metáforas existentes nos discursos epidícticos dos profissionais em educação como ferramenta de análise para a busca de possíveis modelos figurativos de representações sociais no campo da educação. Assim sendo, se busca inferir a utilização da filosofia retórica, segundo o corpus teórico aristotélico, dos discursos epidícticos produzidos socialmente pelos grupos de educadores, a relevância do estudo das metáforas para a descoberta de campos figurativos vividos pelos grupos que constituem ações educacionais e as possíveis organizações de seus elementos para pesquisas de abordagem psicosocial a partir da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Identidade Profissional de Claude Dubar.

Este artigo nasce da fundamentação teórica utilizada na tese de doutorado de Ferreira (2012), “Diz-me quem educa, e eu identificarei que educador tu és!”, que estudou as relações entre as representações sociais e a formação da identidade profissional do educador no terceiro setor. Desta forma, o artigo encontra-se dividido em duas partes: a filosofia retórica de Aristóteles e a articulação desta técnica com a teoria das representações sociais e da identidade profissional.

A ARTE DA RETÓRICA E A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO DISCURSO DO GRUPO

A importância do discurso como forma de análise que ajuda a identificar os sujeitos e seus grupos no meio social possui suas raízes na Grécia antiga com o filósofo Aristóteles de Estagira (384- 322 a.C.). Em seu escrito 'A Arte Retórica', de aproximadamente 338 a.C., composta de três livros, Aristóteles apresenta a retórica como uma técnica própria do espírito homem enquanto ser racional que, ao possuir capacidade de raciocínio (*noûs*) e de produzir discurso (*lógos*), se movimenta a partir de figuras de convencimento e persuasão no convívio social.

De fato, a retórica se torna uma arte (*techné*), ou seja, um elemento necessário e de ordem prática entre os sujeitos para a sua participação na sociedade como cidadão ateniense. Assim, o bom uso do '*lógos*' comunicava um tipo de vivência real (ou ao menos pretendida) dos sujeitos em seus grupos sociais que continuamente buscavam reconhecimento e bom posicionamento no contexto social da época.

A arte poética de Aristóteles possui um propósito totalmente prático, constituindo-se em um manual para o orador identificar os tipos de discursos proferidos pelos sujeitos, a partir de seus grupos, assim como a sua organização na transmissão do raciocínio lógico de seus oradores em relação ao auditório formado pelos diferentes grupos na sociedade.

Como o próprio Aristóteles (1998, p.39), nos livros I, III, 1, reconhece, "um discurso comporta três elementos: a pessoa que fala (*éthos*), o assunto de que se fala (*lógos*) e a pessoa a quem se fala (*pathos*), sendo que o fim do discurso refere-se a esta última, que eu chamo de ouvinte e a quem se pretende persuadir com o discurso."

Desta forma, aquele que discursa organiza o seu conteúdo lógico, para que, na relação com o ouvinte, possa persuadi-lo ou convencê-lo de que o que está em seu conteúdo seja a realidade de algo. Aquele que ouve o discurso possui o papel de "*expectador e juiz*" simultaneamente (idem, p.39), ou seja, ao mesmo tempo em que ele escuta o discurso proferido pelo orador, ele julga se o conteúdo do discurso é relevante ou não, pois, uma vez que o sujeito adere a um determinado conteúdo, partilha, diretamente ou indiretamente, de um conjunto de significados e de representações, sobre determinados assuntos, com os sujeitos presentes em seus grupos de pertença.

Portanto, Aristóteles identifica, no livro I, III, 1, três gêneros de discursos oratórios que se organizam entre os sujeitos na sociedade: o gênero deliberativo (*symboleutikón*), o gênero judiciário (*dikamkón*) e o gênero epidíctico (*epideiktikón*). Para ele, cada auditório pede um discurso específico. Neste caso, o estudo da retórica permite o melhor conhecimento das ferramentas argumentativas utilizadas para a persuasão do auditório sobre determinado assunto, a parte do tempo histórico que é próprio do discurso e a finalidade da utilização do gênero.

O gênero deliberativo é o discurso que leva o ouvinte a deliberar sobre determinado assunto, a partir do aconselhamento do orador. Este gênero comporta em si aquilo que é conveniente ou não ser aderido pelo ouvinte. Esta adesão está relacionada a assuntos de interesse particular e/ou público. Aristóteles, no livro I, IV, 2, indica que o gênero deliberativo é utilizado, principalmente, para assuntos que envolvam os interesses públicos e políticos e cita como os cinco assuntos do discurso deliberativo as finanças, defesa nacional, importações, exportações e a legislação. Este

discurso busca evidenciar o futuro, uma vez que o aconselhamento se dará buscando associar as categorias do futuro com a deliberação a ser tomada pelo ouvinte.

O gênero judiciário é o discurso que pleiteia a respeito do cometimento ou não de questões de injustiça. Neste, o orador se aparelha da palavra a partir de um estratagema (*stratégos*) que busca provas para alicerçar os silogismos retóricos. Este gênero discursivo, característico da oratória forense, deve se debruçar sobre três temas fundamentais: as causas da injustiça; o estado daqueles que cometem a injustiça e as pessoas que sofrem e contra quem são cometidas as injustiças. (cf. ARISTÓTELES, I, XII). Ele comporta em si a acusação ou defesa, uma vez que o seu discurso está montado a partir desta temática e evidencia o passado, já que toda a argumentação incidirá sempre sobre os fatos pretéritos.

O gênero epidíctico, também conhecido como demonstrativo, é o discurso que busca sacramentar os valores da temática exposta pelo orador. Ele persegue a virtude (*aretés*) como uma faculdade de produzir e conservar todos os outros bens produzidos nas relações dos sujeitos em sociedade, como a justiça (*diskaiosyne*), a coragem (*andria*), a sabedoria prática (*swphrosyre*), a magnificência (*megaloprépeia*), a magnanimidade (*megalopsychia*), a liberalidade (*eleutheriostes*), a calma (*praòtes*), a prudência (*phronesis*) e a sabedoria (*sophia*). (cf. Aristóteles I, IX, 5) Este discurso comporta em si o belo ou a censura, ou seja, aquilo que é elogiável no contexto do orador e do ouvinte. Assim sendo, o discurso evidencia o presente, pois, para louvar ou censurar algo, por mais que utilizemos a lembrança do passado ou presumamos o futuro, sempre apoiamo-nos no estado presente das coisas.

Há dois pontos teorizados por Aristóteles sobre o discurso de gênero epidíctico e que merecem ser resgatados na análise desta práxis discursiva: os signos de elogio e o recurso de amplificação.

Segundo Aristóteles IX, II, 14, os signos (*semeîe*) são obras e/ou lugares comuns, reconhecidos pelos oradores e pelos ouvintes através do discurso, como dignos de elogio por congregarem em si os valores da virtude. Desta forma, a ação da virtude sobre um tema vivido e compartilhado pelos sujeitos se transforma em um 'signo' capaz de transmitir ao grupo a sua compreensão sobre a temática e o que deve ser realizado para que algo seja belo (ou bom), uma vez que tudo o que produz a virtude é necessariamente belo e digno de ser elogiado. E para Aristóteles IX, IV, 33, o elogio é "um discurso que mostra em todo seu esplendor a grandeza da virtude. Convém mostrar que os atos são deveras produzidos pela virtude." Ou seja, o elogio reafirma a virtude assumida pelos sujeitos através de suas práticas sociais.

Este 'signo' da práxis virtuosa social se apresenta no discurso epidíctico dos sujeitos como uma marca identitária do seu grupo que, ao assumir o elogio sobre determinado tema, reconhece-se e é reconhecido no contexto social através da articulação de seu discurso e da sua realidade. Veja-se este exemplo de Aristóteles IX, II, 26-27 a respeito do signo e do belo que ele representa para aqueles que aderem ao signo discursivo.

São belos igualmente os usos peculiares a cada povo e tudo quanto manifesta as práticas estimadas no seio de cada comunidade; por exemplo, em Lacedemônia, é belo crescer o cabelo: é esse o distintivo de um homem livre, pois não é fácil a um homem de cabelo comprido entregar-se a um mister servil. É belo não exercer nenhum mister, porque um homem livre não deve viver para servir outrem. (Ibidem, p.63)

Assim sendo, o ‘signo’ no discurso retórico epidíctico não representa somente o discurso sobre determinada questão da realidade, mas também aquilo que foi escolhido como preferido para o grupo, a ser vivido e partilhado em suas relações interpessoais e, por isto, passa a ser digno de ser elogiado por todos. Ou seja, para Aristóteles uma análise deste discurso possibilitaria a descoberta das técnicas que os sujeitos utilizam para expressar o lugar comum (*tópoi kónoi*) que eles ocupam e como organizam as suas diversas práticas.

Neste caso, os elogios aos signos – produzidos pelas virtudes – articulado no discurso epidíctico tem a função social de buscar persuadir o auditório (*pathos*) para que, ao aderir ao ‘signo’ (*semeie*) do orador, através do raciocínio lógico do discurso (*lógos*), legitime a sua idéia e de seu grupo no contexto social.

Para que este ‘signo’ cumpra o que o discurso epidíctico se propõe, a amplificação (*aúxesis*) é apontada por Aristóteles como um dos recursos mais utilizados na prática discursiva epidíctica. Se os ‘signo’ são feitos virtuosos do modo de ser dos sujeitos, a própria conduta moral do sujeito também deve ser elogiada. Para este tipo de elogio sobre a conduta é que Aristóteles recomenda a amplificação, que funcionará como uma espécie de figura do discurso que ligará as obras da virtude com o próprio (*psyché*) de cada sujeito. Como Aristóteles (I, VIII, 40) expõe, “entre as formas comuns a todos os discursos, a amplificação é, em geral, a que melhor se presta aos discursos epidícticos, porque nela o orador toma os fatos por aceites e só lhe resta revesti-los de grandeza e de beleza.”

Por isso, ao sublinhar o papel da amplificação no discurso epidíctico, não se pode deixar de falar do recurso da comparação como um dos meios de obtenção de conceitos relativos ao valor de uma ação virtuosa – e, conseqüentemente, da personalidade do elogiado – atribuída a alguém, com aquela praticada por um outro.

A amplificação enquadra-se logicamente no elogio, porque estribada na superioridade e a superioridade está no número de coisas boas. Pelo que, não havendo possibilidade de comparar alguém com as pessoas de renome, ao menos convirá compará-lo com outras pessoas, visto que a superioridade parece revelar o mérito. (ARISTÓTELES, IX, VII, 39)

Esta comparação aparece através de distintas figuras utilizadas no discurso dos sujeitos sempre com o intuito de construir um discurso epidíctico encômio sobre determinado tema, possibilitando aos sujeitos a capacidade de ‘elogio’ ou ‘censura’, ou seja, ‘adesão ou exclusão’ dos ouvintes a respeito das obras e, conseqüentemente, do grupo de que faz parte aquele que profere o discurso (cf. ARISTÓTELES, IX, VIII, 41).

Se os dois primeiros livros da Retórica de Aristóteles compreendem-se como um manual técnico sobre a arte da retórica, abordando o discurso em si, os seus gêneros, suas finalidades e suas projeções, o terceiro livro preocupar-se-á com a prática do discurso, na qual a entonação da palavra, a orientação, a disposição dos argumentos e outros elementos passam a ser fundamentais para a expressividade do discurso. Na temática deste livro, interessa-nos a ordem do discurso.

A ordem (*táxis*) do discurso para Aristóteles é dividida em duas partes: a exposição (*próthesis*), preocupada em apresentar o objeto do discurso e a persuasão (*pístis*), que procura convencer o ouvinte acerca do objeto apresentado, segundo a finalidade do orador. Aristóteles reforça que a

identificação destas estruturas básicas dá a clareza para entender os objetivos pelos quais o orador busca convencer o seu auditório, podendo ser admitido no máximo o exórdio (*brooimion*) e o epílogo (epílogos) como parte do discurso. Qualquer outra divisão do discurso não passará de “*palavreado oco e simples*” (ARISTÓTELES, III, XIII, 5).

O exórdio introduzirá o tema a ser discursado pelo orador, que ele compara ao prólogo, na poesia, e ao prelúdio, na aulética². Este pode ser utilizado em todos os gêneros discursivos. No discurso epidíctico, as fontes do exórdio são o elogio e a censura sobre determinado assunto; no deliberativo, dizem respeito aos conselhos que induzem a fazer uma coisa ou não; no judicial, são as provas apresentadas com o efeito de buscar a conciliação do juiz em determinado processo. Em todas estas, o exórdio está direcionado ao ouvinte com o fim de sensibilizá-lo com o tema que será proferido, ou seja, a preocupação deve ser de fazer o auditório mostrar-se “atento às coisas que se revestem de importância, que pessoalmente lhe dizem respeito, ao que provoca admiração e causa de agrado” (ARISTÓTELES, III, XIV, 7) Desta forma, o filósofo chama atenção do orador para que suscite no auditório a sensibilidade psicológica no exórdio e que refletiu sensivelmente no sucesso persuasivo.

Logo após, segue-se a narração (*diégesis*), que tem por objetivo apresentar o objeto do discurso segundo a finalidade do orador em relação ao seu auditório. No gênero epidíctico, a narração não pode ser contínua, pois deve ir versando as ações uma de cada vez, para que componham um fundo discursivo. A narrativa não deve ser nem tão longa, que provoque cansaço ao auditório, nem tão curta que não ajude na valorização do fato em si. Aristóteles fala da justa medida que “consiste em dizer tudo o quanto ilustra o assunto, ou prove que o fato se deu, que constitui um dano ou uma injustiça, numa palavra, que ele teve a importância que lhe atribuímos” (ARISTÓTELES, III, XVI, 4).

No discurso judiciário, a recomendação é que a narrativa seja breve, evitando discorrer acerca daquilo que parece ser comumente aceito, preocupar-se em demonstrar se o fato existiu ou não, não permitindo que cause algum tipo de injustiça. No gênero deliberativo, a narrativa limitar-se-á a fatos pretéritos, com o objetivo de lembrá-los, para que os ouvintes possam deliberar melhor sobre o porvir. Como Aristóteles diz sobre este tipo de narrativa, “neste caso, o orador não assume o papel de conselheiro. Se os fatos narrados são custosos de se acreditar, deve prometer dar a razão deles sem tardar e entregar-se à decisão daqueles que o auditório quiser designar” (ARISTÓTELES III, XVI, 11).

Em seguida apresenta-se a exposição retórica que se faz por meio da persuasão (*pístis*). No discurso judicial, a questão das provas que deverão ser incisivas e atacar diretamente o litigioso. Os entimemas (*enthymema*), ou seja, o silogismo retórico que serve como prova de persuasão, não devem ser alinhados uns após aos outros, mas sim entremeá-los. Desta forma, recorrer ao passado comporta uma certa necessidade para constituir a ordem dos acontecimentos que estão em juízo. Neste tipo de discurso, ainda poderão ser utilizadas a interrogação e a facécia³, como formas de reforçar as provas utilizadas pelos oradores do discurso.

No discurso deliberativo, a exposição pode incidir nos seguintes pontos: ou a coisa que se aconselha não acontecerá ou, mesmo que aconteça, não será tão útil ou importante como se tenta

² Cf. Aristóteles III, XIV, 1, aulética é o mesmo que ‘música de flautas.’

³ Facécia é uma figura de pensamento semelhante à Ironia.

persuadir. As provas deverão cuidar para que aquele que discursa não relate alguma informação falsa que prejudicará na decisão que advirá no futuro dos ouvintes.

No discurso epidíctico, é importante a inserção de elogios episódicos. Desta forma, amplificação possui a sua funcionalidade em demonstrar que os fatos e ações são virtuosas, belas e úteis para os ouvintes. Elas servirão como provas para que se obtenha a adesão do auditório sobre o tema. Raramente precisará demonstrá-las, uma vez que o discurso panegírico bastará para persuadir o auditório, salvo se estes se apresentem como inacreditáveis ou que um outro tenha sido acusado por os haver praticado. (cf. ARISTOTELES, III, XVII, 3)

Encerrando a ordem do discurso, apresenta o epílogo ou peroração, dividindo-o em quatro partes: dispor o ouvinte em favor ou contra o adversário; amplificar ou minimizar o tema discursado; excitar as paixões do ouvinte e recapitular os pontos principais do discurso para clarificar o pretendido com o discurso. (cf. ARISTOTELES, III, XIX, 1). Esta parte é comum a todos os gêneros do discurso.

Enfim, após esta breve conceituação da arte retórica por Aristóteles em suas finalidades, seus gêneros e a ordem dos discursos, entendemos que a ordem discursiva (*taxis*) dos profissionais da educação visam persuadir (*pistis*) seu auditório sobre os contextos vividos em sua relação de alteridade com os outros grupos que fazem parte da sua formação identitária como profissionais da educação. A narração (*diégesis*) sobre a sua formação identitária e seu processo de atribuições e pertenças grupais é expressa nos discursos dos indivíduos através de signos (*semeie*) que tentam demonstrar, entre outras coisas, o 'lugar comum' (*tópoi kónoi*) que eles ocupam, e as suas escolhas, individuais e coletivas, enquanto profissionais da educação.

Assim sendo, o '*logos*' do discurso dos professores ou educadores podem expressar como eles conseguem organizar a sua vivência com os grupos sociais formadores da sua identidade. E para isto eles se utilizam de amplificações do discurso com o intuito de convencimento da importância de suas escolhas e pertença grupal. Esta amplificação, como diz Aristóteles, servirá para o educador como uma forma de associar a virtude das obras (*areté*) com a própria individualidade (*psiche*) de cada um. Portanto, as figuras do discurso utilizadas pelos educadores organizam, não somente o seu conceito sobre o seu grupo, mas falam da sua relação pessoal e da pertença grupal deste sujeito.

AS METÁFORAS COMO ELEMENTOS DE ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES NOS DISCURSOS RETÓRICOS EM EDUCAÇÃO

Mazzotti (2003) propõe, na realização de uma análise retórica em busca das representações sociais, que as metáforas, ao coordenarem e condensarem os discursos dos membros se constituem em modelos figurativos das representações contidas nos discursos dos sujeitos pesquisados. Elas são locais onde se encontram os significados e as predicções de afirmativas entre os seus pares, pertencentes a um grupo. Desta forma, as metáforas condensam aquilo que se torna preferível (lugar comum) a ser realizado pelos sujeitos e seus grupos, refletindo muito de sua prática social, seja a respeito de suas atividades no interior do grupo, seja ao relacionamento dos grupos sociais.

Uma vez que os grupos reflexivos desenvolvem suas representações por meio de conversações, visando assimilar e acomodar novos objetos que lhes são apresentados, então é necessário examinar o processo argumentativo realizado

nos grupos, e, ao mesmo tempo, avaliar as representações sociais por meio das figuras argumentativas. (MAZZOTTI, 2003, p.91)

Para Mazzotti (2008, p.138), os procedimentos de produção de metáforas e metonímias coincidem com os de objetivação e ancoragem, uma vez que “a precedência dos valores é examinada, em cada caso, segundo o lugar dos preferíveis, ou seja, esquemas gerais de pôr em relação o que se considera melhor ou pior, fazer ou ter.” (MAZZOTTI, 2008, p.138)

Isto não quer dizer que as metáforas sejam as representações sociais, mas que elas trazem em si processos cognitivos explicativos sobre determinados temas a serem conhecidos e internalizados pelos sujeitos. A partir de sua relação estrutural entre o tema I e o tema II das metáforas no discurso epidíctico dos educadores, alguns elementos heterogêneos têm as suas diferenças reduzidas com o intuito de produzir certa similitude entre eles. Desta forma, torna-se mais fácil assimilar alguns conteúdos e significados partilhados entre os sujeitos no grupo a respeito de determinado assunto social.

Assim sendo, as articulações entre elas se constituem em possíveis núcleos figurativos das representações sociais de um grupo em relação a um tema ou objeto no contexto social.

Por isto, Mazzotti (2003) também nos alerta que não basta identificar as metáforas que caracterizam determinado grupo social, mas sim deve haver uma investigação cuidadosa das significações das mesmas, junto aos entrevistados que a ele pertencem. Esta investigação pode – e deve – auxiliar no processo de análise, para que se encontre a predicação presente na metáfora, e o pesquisador verifique a atitude do grupo em relação ao que foi preferível ou não pelo grupo, e que se encontra expresso nas metáforas usadas em seu discurso.

As metáforas, por serem analogias condensadas, podem ser examinadas de maneira a expor o esquema analógico utilizado pelos entrevistados, viabilizando uma interpretação mais controlada de seus argumentos. As técnicas usuais ou da hermenêutica ou da teoria da argumentação retórica são adequadas para a realização da análise das metáforas e de outras figuras argumentativas e de linguagem presentes nas representações sociais, permitindo maior controle das interpretações produzidas pelos pesquisadores. (MAZZOTTI, 2003, p.101)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que as analogias encontradas nas metáforas, através de suas estruturas argumentativas, são construídas a partir do vivenciado pelos grupos sociais, elas se constituem como uma prova do que é vivenciado por um auditório, expresso através de uma semelhança de relações. As metáforas são eficazes no discurso argumentativo por serem redutoras na apresentação do foro e do tema que constitui a analogia condensada neste discurso. Portanto, elas são capazes de ser mais convincentes, traduzindo, a partir de semelhanças, a identidade vivida por aquele grupo em determinada situação do social.

Assim, podemos dizer também que as metáforas, por terem este caráter congregacional entre as atividades e os relacionamentos dos seus sujeitos, também são indicadores importantes do processo de formação identitária dos grupos profissionais. A partir do momento em que os discursos dos sujeitos carregam esta forma de organização dos sujeitos e o funcionamento de seus grupos, as

figuras nos ajudam a entender o preferível como marca identitária e que pode coincidir, ou não, com as representações partilhadas entre os sujeitos no processo de negociação identitária.

As metáforas e outras figuras retóricas podem expressar as relações e atividades no campo profissional dos sujeitos, constituindo-se num caminho possível para a descoberta, também, das atribuições realizadas pelos sujeitos, de que forma elas são aceitas ou não por eles e como elas expressam a pertença dos mesmos aos seus grupos sociais. Por isto, este tipo de análise, realizado por Mazzotti, tornou-se pertinente nesta pesquisa sobre as representações e o processo identitário do educador social, pois se pôde encontrar no discurso epidíctico do educador, sobre a atribuição e pertença ao grupo social nas instituições caritativas, figuras que condensam a sua cognição sobre os temas básicos que constituem a sua identidade enquanto educador social e sua pertença ao grupo institucional.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. **Arte Poética e Arte Retórica**. Rio de Janeiro: EDIOURO, 1998.

DUBAR, C. **A socialização – Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAZZOTTI, T.B. Metáfora: figura argumentativa central na coordenação discursiva das representações sociais. In: CAMPOS, P.H.F. LOUREIRO, M.C.S. (orgs). **Representações Sociais e Práticas Educativas**. Goiânia: Ed. UCG, 2003. p. 89-102.

_____. Valores en las representaciones sociales. In: **VIII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS – social representations: media & society**, 8.2006. Roma. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

_____. Para uma pedagogia das representações sociais. In: **Revista Educação & Cultura contemporânea**. Rio de Janeiro. v 6. n.11. jul-dez/2008. p. 121-142

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SOBRE O AUTOR

ARTHUR VIANNA FERREIRA. Doutor em Educação: Psicologia da Educação - PUCSP. Professor Adjunto da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão Fora da Sala de Aula - FFP/UERJ. Pesquisador Associado da CIERS-ed - Fundação Carlos Chagas-SP.

Recebido: 08/03/2018

Aprovado: 13/04/2018